



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE OURILÂNDIA DO NORTE
CNPJ: 34.682.385/0001-36
PODER LEGISLATIVO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO: 002/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026/CMON/PA

CÂMARA MUNICIPAL DE OURILÂNDIA DO NORTE – PA

I – RELATÓRIO (DOS FATOS)

Vieram a este Sistema de Controle Interno os autos do **Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026**, para análise e manifestação, cujo objeto é a **contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica na área pública**, destinados a atender às demandas institucionais da Câmara Municipal de Ourilândia do Norte/PA.

A contratação pretendida refere-se à empresa **GLEYDSON GUIMARÃES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ nº **4.964.839/0001-15**, conforme solicitação formal da Presidência desta Casa Legislativa, sob a responsabilidade do Senhor **Márcio Oliveira da Silva**, Presidente da Câmara Municipal.

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se no **art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que dispõe ser inexigível a licitação quando inviável a competição, especialmente para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização, a exemplo de:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização:

(...)

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.

A contratação de assessoria e consultoria jurídica especializada enquadra-se, portanto, no permissivo legal supracitado, desde que devidamente comprovados os requisitos legais, o que passa a ser analisado.



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE OURILÂNDIA DO NORTE
CNPJ: 34.682.385/0001-36
PODER LEGISLATIVO

III – ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO

Da análise dos autos, verifica-se que o processo administrativo foi regularmente instaurado, contendo:

- solicitação formal da unidade demandante;
- justificativa da necessidade da contratação;
- razão da escolha do contratado;
- justificativa do preço, demonstrando compatibilidade com os valores praticados no mercado;
- comprovação de dotação orçamentária suficiente;
- documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária;
- atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto contratado;
- autorização expressa da autoridade competente para a instauração do procedimento.

Constata-se, ainda, que a empresa contratada atende aos requisitos de **notória especialização**, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021, considerando sua atuação técnica específica e experiência comprovada na área de assessoria e consultoria jurídica no âmbito da Administração Pública.

Observa-se que a **minuta do contrato** encontra-se devidamente elaborada, contendo todas as cláusulas essenciais previstas na Lei nº 14.133/2021, tais como: objeto, vigência, valor, forma de pagamento, obrigações das partes, penalidades, hipóteses de rescisão e demais disposições legais aplicáveis.

Ressalta-se, por fim, que consta nos autos **parecer jurídico favorável**, emitido pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, atestando a legalidade do procedimento sob o prisma jurídico-formal.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, no âmbito das competências deste Sistema de Controle Interno, e considerando a documentação constante dos autos, **opina-se pela regularidade, legalidade e conformidade** do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026, por encontrar-se devidamente amparado na Lei Federal nº 14.133/2021.

Registra-se que a análise quanto à **conveniência e oportunidade da**



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE OURILÂNDIA DO NORTE
CNPJ: 34.682.385/0001-36
PODER LEGISLATIVO

contratação insere-se no âmbito discricionário da autoridade administrativa competente, cabendo ao Gestor avaliar a vantajosidade da contratação pretendida para o interesse público.

É o parecer.

Ourilândia do Norte/PA, 20 de janeiro de 2026.

Diogo Gomes Sousa

Controle Interno

Portaria nº 007/2025/CMON